

Confirmado o acordo de anões com o Executivo

A CPI do Orçamento conseguiu a primeira prova de que houve um acordo entre o Executivo e "os sete anões" para que fossem incluídas na proposta orçamentária do Governo, de 1992, "emendas carimbadas" — com garantia de liberação de verbas e incluídas por parlamentares — quando o Orçamento ainda estava em preparação no Ministério da Fazenda. O deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), em seu depoimento ontem à CPI, confirmou ser o autor de uma lista manuscrita com 45 emendas entregue ao ex-assessor do Senado, José Carlos Alves dos Santos, quando ele era o responsável pela preparação da proposta orçamentária na Diretoria de Orçamento da União, no governo Collor. Até agora, apesar de numerosas denúncias sobre o acordo, a CPI ainda não tinha conseguido reunir evidências da sua existência. O documento foi apreendido na casa de José Carlos Alves dos Santos há quase um mês por três integrantes da CPI, mas só ontem a comissão conseguiu a confirmação de que o deputado José Geraldo Ribeiro, um dos "sete anões", fôra o responsável pela preparação da lista de "emendas carimbadas".

Demitida assessora de Alexandre Costa

A CPI do Orçamento encontrou outro cheque — de cerca de US\$ 50 mil — para Célia Maria Abdala Costa, ex-assessora do Ministério da Integração Regional. Ela foi demitida ontem. O primeiro, de US\$ 1,5 mil, emitido contra o Banco Holandês Unidos, tinha sido assinado pelo deputado João Alves (PPR-BA). Célia era assessora do Ministério da Integração Regional.